

## Do delírio: reflexões e proposições sobre a essência do delirar

ANTÓNIO BRACINHA VIEIRA\*

I—O termo *delírio* (*delirium*: de *delirare*, sair do sulco) reveste demasiadas significações e é demasiado vasto para que de todos os lados se possa delimitar. Foi concedido a entidades e situações diversas (nos planos do *morbus*, do *nosos* e do *pathos*) descritas pela Psiquiatria, ciência histórica por excelência: «delírio agudo», «delírio incoerente», «baforada delirante», «delírio lúcido», «delírio confuso», «sistema delirante», e mais.

É contudo no plano dos delírios lúcidos e crónicos, interpretativos e sistematizados, que, de forma problemática, se suscitam as questões do real e do não-real, da lógica e da paralógica, da comunicação e do incomunicável.

II—Segundo a tradição psiquiátrica, o delírio (conceito desmedido, quase brumoso) representa uma experiência patológica de ruptura com a realidade, vivida ainda assim como verídica por quem a experimenta. Primário ou secundário, agudo ou crónico, polimorfo ou sistematizado, sempre constitui a «doença da realidade» (Ey, Bernard, Brisset, 1978), a proclamação de um juízo falseado que a Comunidade, conforme aos limites do comunicável, situa fora do *sensu communis*.

III—Como os monstros de Bosch, que quase parecem reais e poderiam conquistar um nicho ecológico na nossa fantasia, o delírio, conforme a sua configuração e a sua temática, explora as sendas de uma pseudológica e ensaia as suas possibilidades adaptativas face à captação falseada do mundo pelo delirante.

IV—O delirante, depois de experimentar com um sentimento de evidência imediata a relação de um fenómeno com o seu próprio destino e a sua comparticipação nos seus efeitos, vem a estabelecer conexões reveladoras, a destacar intenções latentes, a atribuir significados ao que percebe, imagina, evoca ou representa no quadro do seu delirar.

Quando o *humor delirante* cessa e o delírio se organiza, o que irrompe como exaltação e sobressalto anímico, torna-se construção racional e injunção interpretativa.

V—O delirante, no espaço do seu delirar, interpreta e relaciona sinais. Quando se interroga sobre o sentido de um fenómeno, é já o próprio processo interrogativo que pertence ao delírio: e a viciação da resposta existe já na questão, porque procura os materiais que lhe vão comprovar aquilo que sabe.

VI—Para o delirante, o problema do *cogito* não pode ser formulado. Ao delirar, é obscure-

\* Psiquiatra, Assistente na Faculdade de Medicina de Lisboa.

cido pela sombra do seu delírio, cuja certeza se firma sobre a certeza implícita da presença do Ser, precedente e inquestionável. A tirania do delirante para com o objecto do seu delírio converte-se então em esquecimento face às questões-primeiras sobre o Ser: estas são ignoradas, submersas sob a evidência escandalosa da *intriga delirante*. Uma vez que supõe descortinar os fios secretos que movem a acção, o sujeito delirante não quer saber das questões maiores sobre as quais se apoia o problema da própria Acção.

VII — Para o delirante, a opinião e a interpretação — postas ao serviço de um discurso pré-estabelecido, de uma certeza que se afirma a si própria — esvaziam-se e negam-se. A *crítica da causalidade* é substituída pela *revelação de um inevitável*.

VIII — O sinal (feito signo) que escapa ao acaso, é hermético e, contudo, o seu valor de informação reforça-se do seu próprio hermetismo. Incapaz de divulgar as condições de veracidade da mensagem recebida (mas não emitida), o delirante permanece sozinho com os conteúdos que percebeu. Esta solidão fortalece a sua tenacidade, sem abalar a sua certeza.

A linguagem comum não permite objectivar o valor desses signos dos quais o delirante (pre)sente a violência, tornando-se incapaz de suscitar uma dúvida crítica susceptível de o fazer ponderar a sua veracidade. O falseamento da comunicação que assim advém, circunscreve um domínio subjectivo de significados, percebidos mas não produzidos, que torna «os outros» problemáticos para o delirante, e o delirante inacessível à compreensão de grupo.

IX — Nas *experiências delirantes agudas*, o delirante sai de si e aproxima-se das condições do êxtase; nas *organizações delirantes crónicas*, reentra, ensimesmado, em si, no seu «mundo privado», de forma egocêntrica, por vezes egofílica e egolátrica.

X — Sabe-se como, nas psicoses afectivas, o sentimento de transformação é vivido como

nascendo no Eu. No verdadeiro delírio, nas psicoses do «grupo esquizofrénico», opera-se a *inversão da flecha intencional* (Ibor, 1957): então, a acção é apreendida como situando-se fora do Eu.

XI — O homem que interioriza, vive reflectido sobre a sua existência e a sua sorte; mas o delirante vive crispado sobre a sua existência, onde uma atitude excessiva domina e exclui todas as atitudes possíveis, constituindo-se na chave da sua sorte.

XII — No entrecruzamento dos caminhos e dos horizontes, situa-se a pessoa do delirante. Strindberg: «Tudo isto foi evoluindo até formar um sistema completo de sinalização, que eu começo a aprender, e do qual experimentei o rigor.»<sup>1</sup>

XIII — Quer a mensagem do delírio se assemelhe a um processo judicial (Rousseau, Kafka), a uma lenda (Nerval), a uma epopeia (Nietzsche), a uma revelação mística (Swedenborg), a um mito (Schreber), a um desafio das potências (Hölderlin, Lautréamont), a um pesadelo (Strindberg, Artaud) — o delirante é sempre o seu protagonista, único e inevitável.

XIV — Se conseguir um compromisso entre o mundo comum e concreto e o mundo delirante, i.e., se reprimir, dissimular, encapsular o seu delírio (apercebendo-se da surpresa que as suas ideias causam na opinião dos outros, e omitindo-as ou modificando-as na sua palavra, sem por isso as recusar) o sujeito que delira como que propicia a sociedade com atenção suficiente para que, apaziguada (com o seu tributo de trabalho, de eficácia), lhe consinta disponibilidade para se entregar, nos momentos possíveis, às vozes alucinatórias e às vivências delirantes.

XV — O delírio que resulta dos longos desenvolvimentos de personalidade desafia toda e qualquer tentativa de definição «quântica»,

<sup>1</sup> A. Strindberg, *Légendes*, Mercure de France, 1967.

que faça dele uma categoria. E vemo-lo desenvolver-se progressivamente e crescer, desde dimensões infinitesimais, desde o grau deliriforme, tolerado, ainda que com impaciência, pelo grupo, até às proporções desmedidas do incoerente — excedendo algures o limite virtual, flutuante, aleatório, problematizado pelas oscilações da cultura, da história, da ideologia, que sempre se procura insinuar entre o «normal» e o «patológico».

XVI — Um contínuo prolonga um sentimento comum, que o grupo tem por «normal», através de estados intermediários, até ao extremo da incompreensibilidade do delírio. O traço comum, universal, funcional na vida gregária, acentua-se, desloca-se do seu contexto, rigidifica-se. Desde um sorriso que, surpreendido além num terceiro, se torna de repente sinal de uma crítica; passando pelo riso percebido como evidência de um desafio; até à disseminação de risos que, por todos os lados, clamam a irrisão do delirante — um longo percurso se delineia, que conduz o observador do compreensível ao inverosímil e do plausível ao absurdo. (A impenetrabilidade empática de certas situações psicóticas é muitas vezes susceptível de resolução se se analisarem as fases iniciais e os estados evolutivos intermediários).

Como é que o delírio acaba por se delimitar conceptualmente na sua alteridade, quando se desenvolve a partir de uma normalidade onde germina já (como possibilidade geral de perturbação) através de gradações sucessivas e que, de início, mal se distinguem como patológicas? — «Na medida em que olharmos o conformismo e o desvio como incompatíveis, como extremos polares num contínuo (...) não apreenderemos a verdade essencial: que o homem é por natureza ao mesmo tempo um conformista e um desviante» (Edgerton, 1971).

XVII — A *paixão amorosa*, sentimento exclusivista, exacerbado, acrítico, envolvente, confina com o delirar: «*Afirmção*. Em relação a tudo e contra tudo, o sujeito afirma o amor

como *valor*» (Barthes, 1977). Até ao ponto, insuportável, de: «*Catástrofe*: crise violenta no decurso da qual o sujeito, experimentando a situação amorosa como um impasse definitivo, uma cilada da qual jamais poderá sair, se sente votado a uma destruição total de si mesmo» (Barthes, *op. cit.*). E, contudo, o sujeito chega a dizer-se: «Não tenho direito a mais do que a uma loucura pobre, incompleta, *metafórica*: o amor torna-me *como* louco, mas não comunico com o sobrenatural, não há em mim nenhum segredo; a minha loucura, simples perda de razão, é banal, senão invisível; aliás totalmente recuperada pela cultura: não faz medo. (É todavia no estado amoroso que certos sujeitos razoáveis adivinham de súbito que a loucura está ali, possível, bem próxima: uma loucura na qual soçobraría o próprio amor.)» (Barthes, *op. cit.*) Mas, enfim: «Sempre a mesma inversão: o que o mundo tem por objectivo, tenho-o eu por factício, e o que ele tem como loucura, ilusão, erro, tenho-o eu por verdade» (Barthes, *op. cit.*).

XVIII — O delírio situa-se num prolongamento da *sobrevalorização de ideias prevalentes*, para além de um ponto problemático que a cultura, a sociedade e a civilização hão-de designar. «Aquele que sofre do delírio de perseguição imita, simplesmente, uma prática política. (...) Esta prática política imita, por seu lado, um delírio do mesmo género» (Serres, 1978).

Na *mitomania pseudológica* podem ser utilizadas confabulações mitómanas como material delirio-géneo: mentira, erro e crença, confundem então os seus limites e texturas, e deixam-se absorver em grau variável pela patologia.

XIX — «O delírio que se faz palavra, nos doentes a quem o pesadelo — escreveu Blanchot (Blanchot, 1953) — concede a pena»; o delírio que se faz imagem (Méryon, Van Gogh); o delírio que se faz fluxo sonoro (Schumann, Wolf) — explicitam e disseminam pormenores, procriam os seus contornos, colocam as suas

criaturas nos materiais da realidade e, doravante, livres da aniquilação, ficam larvados no tecido da História.

XX — «O direito a 'delirar' foi conquistado pela literatura, pelo menos desde Lautréamont» (Barthes, 1966). Com Mallarmé, foi o delirar que, exercendo-se sobre o texto literário, desvendou o abismo virtual e insidioso que separa a palavra da razão. «Aos olhos de uma qualquer cultura do futuro — e que porventura vem já próximo — seremos os que mais perto aproximaram estas duas frases nunca realmente pronunciadas (...) e que ambas designam a mesma auto-referência vazia: 'eu escrevo' e 'eu deliro'» (Foucault, 1972b).

XXI — A atitude do delirante sistematizador — tenaz, dicotômica, exaustiva — procura afeição a compreensão do Mundo a um sistema de significações. De certo modo, assemelha-se à atitude do filósofo construtor de um sistema, de uma *Weltanschauung* — mas difere dela radicalmente em que *recusa a forma questionante*. Aonde o metafísico procura fundamentar um discurso, o delirante limita-se a explicitar um discurso que o precedia, cuja demonstração, cuja verdade, são transcendentem em relação ao discurso que proclama (independentemente dos eventuais erros perceptivos que lhe podem fazer cortejo e apoiar as suas «razões»). Quando o filósofo abandona um conceito, depois de subverter a sua aparência de solidez, e retoma algures o discurso, comporta-se ao invés do delirante.

XXII — Nos delírios ditos *sistematizados*, o senso lúdico dissipa-se. Em uma esfera particular (o campo do delírio), o Acaso é suprimido: um olhar, um gesto apercebidos, não são neutros, antes se acumulam de significados — como se a percepção se submetesse à influência de um *a priori* doador de sentido, susceptível de falsear à partida o 'contacto vital com a realidade' de que falou Minkowski (1953).

Suprimido o Acaso do desenrolar inelutável da acção, suspende-se o *livre arbítrio*, gér-

men de um luta vã contra a *predestinação*. A impotência e o carácter desmedido dessa luta dão a própria dimensão da angústia do delirante e clivam-no da comunidade.

XXIII — As leis da *Fisis* sofrem violência para que a 'certeza' do delirante siga o seu rumo a desvendar as suas implicações. *Ele*, é um caso singular no universo: num sentido, o universo só está presente para fornecer um cenário para o seu caso — e todo o discurso-outro (como no dilema de Omar) é inútil. Se for questão de mudar as leis da matéria, tanto pior, mudar-se-ão: tudo pode ceder, em termos de causalidade, excepto a construção inquebrantável do delírio tecido em sistema.

XXIV — O delirante julga-se alvo de um *jogo* terrível: contudo, o Acaso está excluído deste jogo. *Jogo sem Acaso, tal é a condição do delírio*.

XXV — A noção física de 'campo de forças', região de um espaço cujos diferentes pontos estão, sob certas condições, submetidos a forças, é a representação metafórica que melhor nos parece transmitir o que advém no delírio sistematizado.

Na metáfora do 'campo magnético', os objectos dispõem-se em relação a dois pontos: a pessoa do delirante e, por vezes, um pólo de acontecimentos inevitáveis que se lhe opõe, para o qual se deslocam os objectos submetidos ao 'magnetismo'. Doravante, o discurso do sujeito que delira configura-se segundo as linhas de força do campo do seu delírio.

O 'campo do delírio' organiza-se em função do Eu, como se o núcleo da personalidade do delirante fosse o íman escondido que dispersa a limalha à sua volta de maneira diversa do acaso, atribuindo-lhe uma *ordem*, porventura (ainda) incompreensível, mas inelutável. Se o Eu não é o íman, mas um simples grão de limalha, comporta-se, então, não como indivíduo delirante, mas como sujeito religioso (ou como delirante induzido), levado a ocupar tal ou tal ponto do campo imposto à sua volta, para o qual foi deslocado.

XXVI — Ao delirar, o Eu torna-se um mediador necessário na causalidade dos fenómenos. Junto dele, os fenómenos, sujeitos ao seu perceber e ao seu julgar, deixam de ser independentes: polarizados pela presença desse Eu magnético, dispõem-se segundo um *campo de forças intencionais*, cuja forma é a própria forma do delírio. De onde o egocentrismo, às vezes a egofilia e egolatria, do delirante: um sentimento dita-lhe como evidente que o seu ser é alvo não só de uma vivência singular, mas de um determinismo singular, que escapa às leis gerais da matéria e inflecte a causalidade dos fenómenos circundantes. — Maldoror: «Parecia-me que o meu ódio e as minhas palavras, transpondo a distância, aniquilavam as leis físicas do som...»<sup>2</sup> Porém, o discurso ‘magnetizado’ do Eu-que-delira pode coexistir com fragmentos do discurso comum que, no exterior e nos limites do ‘campo’, mantém a sua consistência e conserva porventura um certo papel.

XXVII — Nos troços delirantes fugidios, mas tantas vezes arrebatados, do doente confusional e do demente que delira, esboçam-se convicções delirantes — ainda que não durem mais do que um breve intervalo, e que nenhum rigor as delimite.

XXVIII — Sob as convicções fugazes e impertinentes dos *estados de excitação maníaca*, insinua-se uma consciência lúdica que se opõe à intransigência e ao fanatismo do delírio verdadeiro. Esse ‘subdelírio’, como lhe chamou Henri Ey (1954), apropria-se de fragmentos da percepção e do discurso: juízos falseados, interpretações sobrevalorizadas, impregnam por um momento as ideias saltuárias do maníaco.

Seria possível supor um contínuo lúcido entre o ‘subdelírio’ do maníaco, breve, ziguezagueante, lúdico, fraccionado, inconstante e burlesco, e o delírio sistematizado do paranoico, rígido, intransigente, irreversível, sem lugar para o aleatório e destituído de humor.

<sup>2</sup> Isidore Ducasse, *Les Chants de Maldoror* par le Comte de Lautréamont.

XXIX — Na *melancolia delirante*, a lentificação do ‘tempo vivido’ (Minkowski, 1933) favorece a fixação de núcleos temáticos para o delírio. Aqui se rompe a simetria com os quadros maniformes, onde o delirar fugidio não chega a sedimentar-se em delírio.

XXX — O Eu-vigil-que-delira reconhece o Eu-precedente como pertencendo-lhe: ao questioná-lo na memória, extrai intencionalidade das evocações-respostas que obtém. Reforça desta arte as convicções delirantes já instaladas, com a evocação (delirante) dos factos anteriores que, lidos num registo unidimensional, veiculam um sentido ‘anunciador’, que lhe designa ou só culpa, ou só ameaça, ou só redenção, etc.

XXXI — Nas *alterações da consciência*, o Eu entrega-se passivamente aos fenómenos (a ‘mutação ptolomaica’ de Klaus Conrad); nas alterações delirantes, apropria-se antes do sentido dos fenómenos, interfere activamente no seu determinismo, afeiçoa-os em função de si, instila-lhes intenções (‘mutação copernicana’) (Conrad, *in*: Barahona-Fernandes, 1960). O delirante perde a capacidade de evoluir adaptativamente face ao sistema referencial que o liga ao concreto (o que Binswanger chamou *Ubersstieg*): porque ele próprio rigidificou a fenogénese que percebe e se aprisionou nos significados que ditou à matéria.

XXXII — O delírio define uma assimetria na relação do Eu com o Mundo: de entre os inúmeros espaços relacionais operantes, hipertrofia-se um só, que reduz todos os outros, viciando a comunicação do Mundo com o Eu e tiranizando as directrizes conativas que vão do Eu para o Mundo.

XXXIII — Nos delírios paranoicos, a *vivência-chave* de Kretschmer enraíza o delírio na biografia, e marca o ponto de bifurcação entre o real e o delirante. Antes da eclosão, os traços de personalidade anunciavam porventura (ou continham em virtualidade) a modalidade delirante de (re)agir; depois da eclosão, o delírio

exalta (antes de os aniquilar) os traços da personalidade que pré-existia. «A psicose utiliza os materiais da personalidade e é modelada em grande parte pelos seus elementos» (K. Schneider, 1959).

Por sob o desenvolvimento do delírio algo subsiste da textura precedente da personalidade, susceptível de dar um sentido (e iluminar com a sua presença) ao sobressalto delirante.

XXXIV — Antes de sobrevir a desorganização conceptual, podem exacerbar-se as atitudes precedentes, e a personalidade antiga afeiçoa a erupção delirante segundo os seus traços passados — como uma máscara hiperexpressiva que se acentua antes de se dissipar no grotesco e, enfim, na aniquilação. Assim o Nietzsche do *Ecce Homo*, multiplicando exaltadamente os apelos, retomando ainda os grandes temas da *Origem da Tragédia*, vai em breve dissolver-se no vazio.

XXXV — Mas os significados, formados sobre um juízo errado, ligam-se ainda com o Eu-precedente. A capacidade de delirar, como forma geral de perturbação da personalidade (Barahona-Fernandes, 1972) aflora o Homem em situação no Mundo. Quando se dá o desenvolvimento patológico ou a ruptura patológica, algo que ao delirante se torna evidente leva-o a distorcer o modo de considerar um dos registos de significados do seu mundo. Uma interpretação viciada e sobrevalorizada a ponto de invadir toda a vida interior do delirante, transforma a visão de conjunto que tem do Mundo e substitui-a por uma imagem reduzida, inadequada à 'realidade' do grupo. — «Vai sendo construída, organizada, e por vezes um tanto sistematizada, uma como que segunda existência paralela à existência real, sendo essa última existência encarada como real e a existência real como mera fachada ou concessão feita à comunidade» (Araújo, 1978).

XXXVI — O delirar difuso (*humor delirante*) advém com a intuição de que algo de inquietante se passa na relação do Eu com o Mundo. O núcleo temático é nebuloso, mas o

delirante é possuído pela evidência de que uma transformação abala a estabilidade do seu estar no Mundo precedente. É confrontado com um *puzzle* desconexo, que representa imposição e enigma.

Esta emergência delirante primária é essencialmente um sentimento. Tal nebulosa anímica e emocional pode tomar configuração racional, desenvolver um discurso justificativo, concentrar-se em núcleos organizadores, chamar a si critérios, argumentos, estratégias, estabilizar-se e sistematizar-se, exprimindo-se enfim puramente na esfera cognitiva do psiquismo. Tal força primordial informa um discurso que reúne, unifica, alinha, conecta e explicita as tendências que se esboçam na sua primeira evolução.

Assim, o delirante vai discernir um nexos entre o sobressalto sobrevivendo na relação Eu-Mundo e os fenómenos singulares que ocasionalmente se produzem à sua volta. Decifradas as peças básicas do grande *puzzle*, todas as outras, mais tarde ou mais cedo, encontrarão o seu lugar e o seu sentido. Quando, por fim, a inteira conexão das peças se lhe torna clara, o império do seu delírio estende-se, soberano, aos fenómenos que o envolvem, ancorados nos factos da sua biografia como noutros tantos garantes e testemunhas das suas 'razões'.

XXXVII — Assim como uma representação voluntária, ao intensificar-se, pode adquirir autonomia e ser percebida independentemente da sua evocação (sendo investida de consistência e suposta vir do exterior), tornando-se *alucinatória* — assim também a valorização crescente de uma ordem de fenómenos num determinado sentido pode enfim impor-se por si mesma, subtrair-se a toda a ponderação crítica, e tornar-se delirante. Desde que uma ordem de juízos formulados pelo sujeito fica presa de uma intencionalidade, que torna tendenciosa a apreensão dos significados do Mundo, desde então sobrevém o delírio, com a sua singular «perda da possibilidade dialéctica de contradição» (Barahona-Fernandes, 1978).

XXXVIII — Nos delírios sistematizados, a intimidade, o contacto com o universo e a comunidade (*Koinos Kosmos*) desabam, e estabelece-se uma relação fria, desencarnada, com o Universo e com o Homem (*Idios Kosmos*).

XXXIX — Para o paranoico, o encadeado do seu 'romance' comporta uma coerência e o desmascarar de uma latência ameaçadora, que o discurso desenvolvido procura clarificar e divulgar. O delirante é, decerto, o protagonista, e só ele poderia ser o narrador. Às criaturas neutras que porventura ainda restem no seu espaço relacional, procura revelar as que o perseguem, ameaçam ou desejam, e que constituem as personagens da trama delirante, que a interpretação e a sistematização reúnem em um texto, uma textura, uma tessitura única que, por ser plausível, não deixa de ser fictícia.

Romance com uma só ideia base, que se repete: colecção de indícios, de sinais, reportados a uma mesma *pregnância*, que os descodifica e lhes confere significado. Essa forma *pregnante* e tudo quanto a liga ao passado do delirante, a impõe como tal na hora presente e a faz pesar sobre o porvir, constitui a essência do seu delirar.

XL — O delirante paranoico, grande interpretador e grande 'lógico', é, entretanto, um mau psicólogo (Wetzel, *in*: Barahona-Fernandes, 1972), quase destituído de intuição empática em relação aos outros, incapaz de mudar de papéis e de empreender a *démarche* fenomenológica que lhe daria a chave da fluidez e da relatividade dos fenómenos.

XLI — As hipóteses mais satisfatórias, os modelos mais engenhosos, as teorias mais perfeitas, acabam por ser desagregados pelo curso histórico do conhecimento dito científico; enquanto que ideias singulares, insustentáveis em aparência podem sofrer de súbito a consagração e disseminar-se pela comunidade. «A realidade é um tecido sólido, que não espera pelos nossos juízos para incorporar os fenómenos mais surpreendentes, nem para rejeitar o mais

verosímil das nossas imaginações» (Merleau-Ponty, 1945).

Eis como o *senso comum* e o *verídico* se distanciam do *verdadeiro*, e a distância entre ambos torna problemática a validade dos discursos da razão.

XLII — Enquanto o *delírio primário* (não redutível a outras operações psicológicas) surge como vivência *a posteriori*, sentida mais do que pensada, avassaladora, mas nebulosa no seu significado, plena de presságios e ameaças, rompendo a relação do Eu com o Mundo, anunciando acontecimentos enormes e espantosos de que o delirante vai participar, o *delírio sistematizado* é deduzido *a priori*, procurando legitimidade, credibilidade, unidade e inteligibilidade para os fenómenos, afirmando ou negando apodicticamente correlações de factos, tornadas indícios. Isto é: quando o delírio primário se racionaliza em *ideia delirante*, perde feições tímicas e adquire feições ideativas (Barahona-Fernandes, 1972).

XLIII — Quando o delirante *remite* do seu delírio e critica as ideias do seu delirar, o 'corpo delirante' permanece na sua memória como um ser inerte, inactual, como o esqueleto abandonado, surpreendente, de um ser outrora vigoroso, que pode não ser recusado em definitivo, mas que perdeu a sua força — podendo embora um dia reviver.

XLIV — Quando o 'mundo real' e o 'mundo privado' se defrontam na consciência questionante (como acontece no *trema*, em que emerge o delirar, e na remissão, em que o delírio se dissipa) então sobrevém *perplexidade*.

Nos surtos agudos, quando da *ruptura da continuidade de sentido das vivências*, a perplexidade do sujeito não reflecte ponderação crítica, mas tão-só perda de referências relacionais, despersonalização e estranheza face à proximidade de duas 'verdades' que não podem coexistir. O delirar germina nele, com a sua intolerância.

A perplexidade só se apaga quando o delírio, invasivo, impõe os seus próprios axiomas.

Reaparece quando o surto psicótico se aquieta. Então, em volta de resíduos delirantes, de certezas postas em causa e submetidas enfim a um juízo que readquire crítica, formulam-se dúvidas e questões, que podem ser repetidas de modo *obsessivo*: reentrando pouco a pouco no mundo da comunidade, mas ainda bem perto do universo subjectivo do delírio, o sujeito questiona-se sobre o alcance e os limites das ideias delirantes que experimentou.

XLV — No essencial, o delírio parece impermeável à História. Esta, porém, não se consegue proteger dos seus efeitos corrosivos: as épocas, as gerações, as diferentes crises, são diversamente permeáveis à emergência do delírio e da palavra do delirante. «Estariamos tentados a falar de uma afinidade especial entre a histeria e o espírito dominante antes do século XVIII, afinidade que existiria entre a esquizofrenia e o espírito do nosso tempo» (Jaspers, 1953).

XLVI — No limite, face ao delirante que recusa a condição de doente, e, eventualmente, não aceita deixar-se tratar, o contrato médico clássico — que obriga o médico a agir como pode para tratar o doente que se lhe confia — é distorcido e disrupto, e a confiança retirada ao homem é endossada ao grupo, para que o psiquiatra intervenha.

Eis como o delírio, que opõe assimetricamente razão e (des)razão, faz bascular o contrato médico consuetudinário (que tem por fulcro a confiança mútua entre o médico e o doente) e, à unilateralidade das suas «razões», opõe a unilateralidade da razão de intervir. Esta ruptura subsistirá até que o psiquiatra reduza o discurso do delírio ao discurso comum.

«Astúcia e novo triunfo da loucura: este mundo que supõe medi-la, justificá-la pela psicologia (...) mede-se com o desmedido de obras como as de Nietzsche, de Van Gogh, de Artaud. E nada dentro dele, sobretudo naquilo que da loucura possa conhecer, o assegura de que essas obras da loucura o justificam» (Foucault, 1972a).

XLVII — Nos *delírios lendários*, o delirante é ao mesmo tempo aquele que canta, um dos que escutam e — sobretudo — aquele que é cantado. O juízo deturpado que lhe assinala o seu papel lendário, tanto se exerce sobre uma recordação como sobre uma promessa. Da lenda que tecem os *parafrénicos*, qual o tecido, e o utensílio que a teceu? O tecido é o da diferença e da alteridade ('eu sou diferente; a minha origem, a minha sorte, o meu destino, são singulares, etc.'). O utensílio, é o seu próprio juízo selectivo e deformado, que coloca as próprias conclusões antes da entrada em cena dos dados confabulatórios-delirantes, os quais, misturados inextricavelmente com dados reais, procuram firmar o direito à veracidade.

É então, porventura, que a incompreensão de terceiros é mais penosa e quase insuportável para o delirante, que quer situar-se no domínio do real, no terreno da História e da genealogia. Por isso, todo e qualquer contra-argumento suscitado contra a sua legitimidade, contribuirá ainda para que elabore os seus argumentos, fortalecendo-o nos seus esforços para provar e sistematizar razões: as diligências legitimadoras suscitam desmentidos, que são eles mesmos aduzidos como prova.

XLVIII — Decerto que o quotidiano desmente a cada passo as pretensões do delirante do fantástico. O *parafrénico* é como um herói precipitado, mas que pretende reerguer-se; que houve de adiar o espectáculo da sua reabilitação e a voz de uma verdade que, de momento, lhe é negada; e que aguarda o veredicto de uma justiça morosa. Por isso, estes *delírios lendários* são sobretudo delírios de expectativa: o delirante chocou contra uma fatalidade, mas espera que se faça justiça, que os seus direitos ofendidos sejam enfim proclamados. O herói espreita e espera a hora em que tudo se tornará evidente — o seu direito, a sua vingança, a sua tomada de (um) poder — e em que a lenda se torne História.

Sozinho com a certeza inquebrantável das suas «razões», lembra Ulisses depois do regresso à Ítaca, antes que o desencadear dos

acontecimentos afirme a sua identidade esquecida e repare as afrontas. Ele sabe quem é; os outros, por desdém ou felonía, não o reconhecem no seu verdadeiro papel, ofendem-no e invadem o seu domínio.

XLIX — O delírio e o *mito*, um e outro radicando na matriz antropológica universal, re-colhem e re-produzem os mesmos temas. Mas surgem no horizonte humano de forma antagonica: enquanto o mito concilia os temores, apazigua a angústia e, repartido gregariamente, produz a coesão do grupo e permite a sua *identidade*, o delírio reacende os temores, arrasta a angústia e, destacando o homem do grupo, aliena-o do seu discurso e do seu convívio, designando a *alteridade*.

L — O mito apazigua o conjunto da comunidade, proporcionando-lhe um modelo onde se enunciam as grandes questões que rodeiam o Homem: Como? Porquê? Para quê? — De onde? e para onde? — Que relação com os homens, com a vida, com o Ser? — «Porquê o Ser e não antes o Nada?» — Modelo antropocêntrico, dinâmico, i.e., susceptível de re-petição e permitindo agir sobre um Cosmos em movimento, transportando os seres míticos às origens, subtraindo-os à causalidade empírica da vida comum, dotando-os de uma razão de ser, de atributos eficazes para um fim, centrado no destino da comunidade.

O delirante (cujo delírio pode assumir uma arquitectura mítica) não beneficia da força ordenadora e apaziguadora do mito. Ele é como que o inventor do seu próprio mito, mas simultaneamente a sua personagem central; e a questão suscitada é-lhe devolvida sem solução.

LI — No *mito das origens*, o gigante originário era despedaçado para dar matéria, forma e movimento ao Cosmos. O seu sacrifício exemplar, animava o tempo e organizava o espaço. No *delírio de Cotard* — delírio de enormidade, de negação e de imortalidade — delinea-se algo de inverso: o desespero do delirante de

negação é como o negativo do optimismo primordial do mito da origem: à sua não-vida, opõe-se a doação de vida do (pelo) gigante primevo; as suas dimensões imensas limitam um corpo sem vida, as ideias de imortalidade suspendem-no no tempo; enquanto o gigante principial punha o tempo em jogo, facultando a fraternidade com o Cosmos e a solução do Enigma.

LII — No plano do mito, como no da religião, opera-se algo de equivalente à 'inversão da flecha intencional' (a *sístole religiosa*, de Feuerbach). O significante humano que repete a fórmula mítica, preenche com os seus efeitos um vazio de significado; e os efeitos do gesto mítico exemplar recaem sobre os sujeitos que o provocam. O mito reconduz assim o desconhecido ao sistema de compreensão do grupo: é como uma intrusão do homem cultural no Caos, organizando-o à sua medida, conferindo-lhe os seus significados e valores, e recebendo-os como se lhe fossem exteriores, para apaziguar a sua incerteza das origens e a sua in-segurança de estar no Ser.

LIII — O delirante, quando comparado ao sujeito religioso, permanece solitário onde aquele é comunitário. A religião é, por essência, um fenómeno gregário e aglutinador, comunicável e dotado de contagiosidade, implicando uma comunidade de prosélitos em redor de uma fé, assinalando uma via redentora e visando uma obra comum. O carácter de convicção (inabalável entre certos limites) que pode advir ao sujeito religioso, é extensível a todo um grupo, que detém uma 'verdade colectiva'.

Outro tanto não acontece ao delirante: o sujeito religioso vive a sua fé em comum; o delirante vive o seu delírio em plena solidão. Ao apercebê-lo, multiplica o seu engenho; ora se cala, ora fabrica um discurso que explicita a sua «verdade» perante a incredulidade ou o desprezo de terceiros. O sujeito religioso vive, colectivamente, acontecimentos e expectativas colectivas; o delirante, ainda quando anuncia

acontecimentos colectivos, redensões e apocalipses, permanece só com as suas crenças.

Para o sujeito religioso, a fé responde à sua confiança em uma salvação, e proporciona-lhe a via para a obter. Para o delirante, a salvação é problemática, e as suas próprias crenças (delirantes) afastam-no mais do que o aproximam das condições de apaziguamento, e arrastam-no à insatisfação e ao desespero.

LIV — O sujeito religioso reconhece-se como um acidente no cenário histórico da sua religião, que lhe pré-existe e teria passado bem sem ele; o delirante, pelo contrário, supõe desempenhar um papel preponderante e decisivo no labirinto das suas próprias crenças, que o envolvem e tomam por alvo, único ou preferencial, e não teriam sentido sem a sua presença.

LV — A atitude do delirante está mais próxima da do iluminado religioso. A disseminação das descobertas religiosas e das 'verdades reveladas' é condição das próprias religiões. Por isso, no *delírio induzido* — em que o delirante induz a sua «verdade» em alguém que vive perto de si (*folie à deux*, de Sérieux e Capgras) ou num pequeno grupo que domina, e faz *proselitismo* — está-se no limiar do terreno religioso. A propagação das ideias, crenças e interpretações do 'delirante indutor' ao(s) que o segue(m) esboça a natureza do fenómeno religioso, e o(s) delirante(s) induzido(s) é (são) como sujeito(s) religioso(s).

Será então necessário que um determinismo histórico-cultural se exerça: ou para circunscrever o grupo que delira; ou para libertar na comunidade uma nova fé revelada.

LVI — A distorção perceptiva e do juízo crítico comporta as condições de viciação das referências, a qual enfim reforça as próprias convicções pré-existentes. Os fenómenos exteriores, são assim apreendidos e valorizados em função de uma disposição pré-concebida do 'espaço interior', que os investe de significado e os subtrai à ordem da causalidade comum.

A *paixão* inabalável figurada no delírio, invade a vida psíquica do delirante; ao mesmo tempo, opõe-no a algo que sobre ele impende, e que a teia das interpretações tendenciosas explícita no contexto de um Eu que se desloca para o centro da 'intriga'.

LVII — O delirante, mesmo quando evoca os deuses, permanece só: a sua comunicação é unidireccional. Por isso, está próximo das personagens da Tragédia ática, onde a 'loucura' é a norma: excesso de paixão; decisões que nada demove; desafio à lei comum.

Na sua origem, a Tragédia partira do Diti-rambo, canto em homenagem do grande deus (Ditirambos, ou Dionisos), o 'deus louco', denominado *mainomenos*, isto é, 'delirante'. É esta loucura *exemplar* que reaparece, sob várias espécies, nas personagens trágicas.

LVIII — Os desígnios da personagem trágica afastam-na da voz comum (do Coro) e logo da razão comum. São vãs as injunções do corifeu. Podia o herói trágico hesitar, rever as suas decisões, questionar-se ainda sobre o sentido de tudo o que o rodeia e escolher uma outra via. Nada disso acontece: a paixão que o invade torna a sua vontade inflexível: vingança, ciúme, purificação, etc., movem-no até ao extremo dos seus desígnios, e advém o «delírio».

LIX — A 'loucura trágica' é imposta pela conjunção de forças sobre-humanas. É entendida como enviada, decidida pelas forças que modelam o tempo e o destino. Surge da confrontação e da clivagem entre o homem e o deus, separados pela fatalidade da morte humana. Quando o deus lança o véu da loucura, retira ao homem a vigilância e a vigiância, transviando-o: Hércules ao massacrar os próprios filhos, Ajax ao destruir gado em lugar de inimigos, Agavê matando o filho e enfeitando-se com os seus despojos são igualmente mergulhados no 'delírio', e quando emergem dele tomam-se de horror.

Quando o *delírio trágico* não é breve, violento e crepuscular, continua a ser divino, e

toma o sentido de revelação. Assim Cassandra é «habitada pelo deus»: o carácter sibilino das revelações substitui à obscuridade do presente o significado de sinais que aos outros estão vedados. Pelo seu carácter profético, o delírio revelador cessa como delírio e é recuperado pela comunidade.

LX — O delírio dionisíaco liberta, por um lado, forças violentas e rompe o jugo da racionalidade; mas, por outro lado, reduz a percepção do mundo complexo. Liberta e aprisiona, ao mesmo tempo. Mas, sob a sua configuração, age o intento do deus:

«Por isso as piquei com o agulhão do frenesi, levando-as a fugir das próprias casas. Vivem na montanha, delirantes, por mim forçadas a vestir a cor das minhas vestes» (Eurípedes, *As Bacantes*).

LXI — O valor cénico da loucura resultava de que nela se acentuavam os modos excessivos e extremos de estar-no-Mundo. Porventura os autores trágicos apercebiam-se da existência de uma continuidade entre o carácter e a patologia: Hércules, Ajax, quando se transtornam, afirmam, de modo incoerente, traços precedentes da sua personalidade. Mas nunca a 'loucura grega' é exterior à relação com o deus.

LXII — Rompe-se o *sensu comum* (*áistésis koiné*) e sobrevém o estranhamento: quer sob influência da revelação divina (*mania*), como acontecia com as sibilas e os oráculos; quer por instigação de um deus (*entusiasmos*); quer em consequência de um desafio insensato dirigido às Potestades (*hibris*).

## RESUMO

*Empreende-se uma análise crítica da noção de delírio, da sua essência e do seu alcance, inquirindo fenomenicamente de alguns dos seus atributos fundamentais, e confrontando o 'delirar' com outras atitudes antropológicas básicas e universais.*

## RÉSUMÉ

*L'auteur entreprend une analyse critique de la notion de délire, de son essence et de sa portée, en scrutant phénoménologiquement quelques-unes de ses caractéristiques fondamentales, et en décelant les rapports du délire à d'autres dispositions anthropologiques de base.*

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, H. G. de (1978) — «Delírios na senescência: aspectos fenomenológicos», in *Gerontopsiquiatria*, Barahona-Fernandes e Paes de Sousa, coordenadores, 317-327, Ciba-Geigy, Lisboa.
- BARAHONA-FERNANDES, H. J. (1960) — «Klaus Conrad», *Anais Port. Psiq.*, XII:197-201.
- BARAHONA-FERNANDES, H. J. (1972) — Comunicação pessoal sobre um caso médico-legal não publicado.
- BARAHONA-FERNANDES, H. J. (1978) — «Hegel e a Psiquiatria», in *Ideia e Matéria: Comunicações ao Congresso Hegel 1976*: 215-240, Horizonte, Lisboa.
- BARTHES, R. (1966) — *Critique et Vérité*, Seuil, Paris.
- BARTHES, R. (1977) — *Fragments d'un discours amoureux*, Seuil, Paris.
- BLANCHOT, M. (1953) — «La Folie par Excellence», prefácio de *Strindberg et Van Gogh*, de K. Jaspers, Minuit, Paris.
- EDGERTON, R. B. (1971) — «Anthropology, Psychiatry and Man's Nature», in Galdston (ed.), *The Interface between Psychiatry and Anthropology*, 28-54.
- EY, H. (1954) — *Etudes Psychiatriques*, vol. III, Desclée de Brouwer, Paris.
- EY, H.; BERNARD, P. e BRISSET, Ch. (1978) — *Manuel de Psychiatrie*, Masson, Paris.
- FOUCAULT, M. (1972a) — *Histoire de la Folie à l'Age Classique*, NRF, Paris.
- FOUCAULT, M. (1972b) — «La Folie, l'absence d'oeuvre», in *Histoire de la Folie à l'Age Classique* (apêndices), NRF, Paris.
- IBOR, L. (1957) — In *Symposium sobre Esquizofrenia*, Madrid (ed. do Dep. Med. Psicossomática — Consejo Sup. de Invest. Científica).
- JASPERS, K. (1953) — *Strindberg et Van Gogh — Swedenborg — Hölderlin*, Minuit, Paris.
- MERLEAU-PONTY, M. (1945) — *Phénoménologie de la perception*, NRF, Paris.
- MINKOWSKI, E. (1933) — *Le Temps Vécu*, Coll. de l'Evol. Psychiat., Paris.
- MINKOWSKI, E. (1953) — *La Schizophrénie*, Desclée de Brouwer, Paris.
- SCHNEIDER, K. (1959) — *Clinical Psychopathology*, Grune & Stratton, New York, London.
- SERRES, M. (1978) — «Rousseau: la preuve par la folie», in *Le Nouvel Observateur*, 716 (29 Juillet), 56-57.



**INSTITUTO SUPERIOR DE PSICOLOGIA APLICADA**

## **CURSO INTERDISCIPLINAR DE MATEMÁTICAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS**

Director **MÁRIO KRÜGER**, Ph. D.

*Laboratório Nacional de Engenharia Civil e Universidade de Harvard*

Secretário **LUIS SOCZKA**

*Laboratório Nacional de Engenharia Civil e I.S.P.A.*

O I.S.P.A. inicia no ano lectivo de 1979/80 um CURSO INTERDISCIPLINAR DE MATEMÁTICAS DAS CIÊNCIAS HUMANAS, aberto a estudantes e profissionais dos vários campos das ciências humanas interessados em aprofundar os seus conhecimentos no domínio das técnicas e modelos quantitativos. O curso terá a duração de dois semestres, num total de 240 horas, e o número de inscrições é limitado. Requer-se dos candidatos conhecimentos básicos de estatística.

### **1.º semestre**

**CÁLCULO MATRICIAL E VECTORIAL  
PROBABILIDADES  
ESTATÍSTICA NÃO-PARAMÉTRICA I  
ESTATÍSTICA MULTIVARIADA I**

### **2.º semestre**

**ANÁLISE DE VARIANCIA  
TEORIAS DA INFORMAÇÃO  
E DA DECISÃO  
ESTATÍSTICA NÃO-PARAMÉTRICA II  
ESTATÍSTICA MULTIVARIADA II**

Os interessados deverão apresentar as suas candidaturas até ao dia 15 de Setembro próximo, na Secretaria do I.S.P.A., Aven. Marquês de Tomar, 33, 4.º-Esq., Lisboa, onde poderão obter informações complementares.